



Pedagogia visual: Um recurso para inclusão de alunos surdos

Carla Soriano Lago Carvalho

Mestranda em Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede nacional
Instituição: Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: carlasoriano100@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9794913626341066>

Kátia Regina Pereira de Aguiar

Mestranda em Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional
Instituição: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Email: katiakgfv@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/8028229135414342>

Iris Maria Ribeiro Rocha

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA)
Instituição: Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: porto.iris@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/0451417833938873>

RESUMO

Este trabalho trata da inclusão escolar de estudantes surdos e contempla os principais entendimentos e aprendizados nesse contexto realizado através do estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia. A pesquisa tem como objetivo valorizar a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua no processo educacional, abordando a pedagogia visual como forma de minorar as dificuldades encontradas no campo comunicacional entre surdos e ouvintes no ambiente escolar. A questão norteadora da pesquisa sendo proposto a partir do problema: Como superar os desafios enfrentados por estudantes surdos no contexto escolar e enriquecer os momentos de aprendizagem? Destaca-se a organização das políticas públicas para contemplar o sujeito surdo e sua especificidade linguística, bem como as atitudes que merecem ser repensadas e reconstruídas em favor daqueles que esperam que seus direitos sejam respeitados e praticados. Esta pesquisa segue uma linha qualitativa e desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica realizada nas plataformas Google Acadêmico e Scielo e tem como principais teóricos, Mantoan (2003), Perlin e Miranda (2003), Campello (2008), Strobel (2008), dentre outros. Estes autores pesquisam a área da surdez, valorizando a pedagogia visual para aprimorar a educação de estudantes surdos e suas ideias coadunam para inclusão do público em questão. Conclui que essa pedagogia faz parte de uma coerência pedagógica para incluir e fazer aprender os alunos, linguisticamente, diferentes.

Palavras-chave: Surdez, Inclusão, Coerência pedagógica, Docentes.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa abordar a Pedagogia Visual como um meio de diminuir as barreiras encontradas entre surdos e ouvintes dentro do ambiente escolar. A temática “Pedagogia Visual: um recurso para inclusão de alunos surdos” tem como área de concentração: “Educação Inclusiva/Libras” e abrange desde o entendimento sobre a surdez às principais abordagens que podem ser valorizadas e praticadas para a efetivação da inclusão. Analisando as experiências dos estágios durante o curso de Letras Libras e



entendendo a importância da língua de sinais e da apropriação da mesma por parte dos sujeitos que fazem a educação.

O aluno surdo enfrenta muitos desafios dentro dos contextos escolares onde a maioria das pessoas não utilizam a língua de sinais e deixam de vivenciar momentos de aprendizagem, enriquecimento cultural e social que a comunicação fluida pode proporcionar. A inclusão escolar é questionada à medida que não consegue contemplar totalmente os seus objetivos diante das dificuldades e barreiras impostas pela sociedade. Para Mantoan (2003) a inclusão requer a reestruturação das escolas brasileiras, pois as dificuldades manifestadas pelos alunos não são apenas deles, mas em sua maioria da forma em que o ensino é ministrado, da forma como a aprendizagem é concebida e avaliada. Portanto, a reflexão da prática docente precisa estar voltada para atender as especificidades do aluno surdo como um todo; reorganizar-se pedagogicamente significa tornar-se mais acessível, mais aberto a diálogos, exercitar a liberdade, criatividade e cooperação para que todos contribuam e construam a cidadania. Sem esquecer das formações continuadas que provocam mudanças significativas na articulação da aprendizagem e a valorização de professores.

Assim, para pensar a educação de surdos é necessário repensar as políticas públicas que já foram vivenciadas e as atuais que norteiam as práticas educacionais. As políticas linguísticas vem se destacando por manifestarem a necessidade de propor uma pedagogia visual, pois de acordo com Lopes (2017) apud Souza, Lustosa (2019) “Propor uma Pedagogia Visual na educação de surdos vai ao encontro da valorização linguística e cultural dos povos surdos, contrapondo-se à percepção da surdez como deficiência, como incapacidade”. enxergar a surdez como uma diferença, possibilita novos olhares e compreensões acerca da educação e da forma de aprender utilizando para isso, a língua de sinais e os meios disponíveis para valorização do campo visual.

Não há dúvidas que a Lei Federal nº 10.436 de abril de 2002, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no país; trazendo benefícios para a comunidade surda, possibilitando maior visibilidade e respeito a essa língua, considerada complexa como qualquer outra língua, tendo diferentes níveis linguísticos e gramática própria. Os estudos de Stokoy (1960) apud Gesser (2009) foram fundamentais para as línguas de sinais passarem a ser vistas como línguas, de fato; pois ele analisou de forma descritiva e apresentou os elementos linguísticos, pela primeira vez, de uma língua de sinais nos níveis fonológico e morfológico. A Libras estrutura-se gramaticalmente através de parâmetros, como: configuração de mãos, movimento, ponto de articulação, disposição das mãos e componentes não manuais.

Assegurando o direito linguístico do aluno surdo de ter uma Educação Bilíngue, o Decreto nº 5.626/2005 afirma que esta, deve se configurar da seguinte maneira:



Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. § 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Portanto, é primordial reconhecer a importância da visão para a pessoa com surdez, pois a mesma não utiliza uma língua na modalidade oral-auditiva, mas tem uma percepção visual bastante aguçada e muito desenvolvida e a utiliza em seu processo comunicacional. Sendo a gramática da Libras pautada na visualidade, o fazer pedagógico precisa se pautar nessa experiência visual, favorecendo a inclusão desses sujeitos.

A Pedagogia Visual pode ser compreendida de acordo com Campello (2008 p.131) “[...] como aquela que se ergue sobre os pilares da visualidade, ou seja, que tem no signo visual seu maior aliado no processo de ensinar e aprender”. Esta pedagogia envolve fatores a exemplo de: habilidades no exercício visual, ou seja, ser capaz de captar e transmitir os signos visuais; ter uma visão crítica das culturas linguísticas envolvidas; professores formados que relacionam o contexto surdo, sua gramática, língua, cultura, educação e política, dentre outros.

Quadros (2003) percebe a importância de entender a surdez, não como ausência da audição, mas como uma diferença; assim Skliar (1997) também considera que:

Existe uma diferença crucial entre entender a surdez como uma deficiência e entendê-la como uma diferença. Aí se pode estabelecer uma raia divisória entre a concepção clínica da surdez e a concepção sócio-antropológica. Ao contrário da concepção clínica que visa a medicalização, o tratamento, a normalização do surdo; a concepção socioantropológica reconhece a surdez como uma experiência visual, ou seja, como uma maneira singular de construir a realidade histórica, política e social, como uma forma distinta de conceber (de "VER") o mundo, e não há uma necessidade valorativa de reconhecer esta ou aquela forma como a "correta"(Skliar,1997, p.88).

Assim, é primordial considerar as características sociais e culturais de cada pessoa, tendo como princípio, respeito e valorização da diversidade e às especificidades linguísticas dos sujeitos surdos.

De acordo com o Art. 2º, do Decreto nº 5.626/2005, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” ; considera-se portanto, de grande importância a experiência visual para os surdos, sendo primordial não somente para o processo de aquisição de linguagem como também na sua comunicação com o mundo. Lima e Peixoto (2018, p. 118) relembram que:



Com a legislação reconhecendo a Surdez e sua língua como aspecto social e educacional, a Cultura Surda teve seus avanços nas suas representações artísticas baseadas em experiências visuais. A Língua de Sinais caracteriza a comunicação gestual visual levando a interação em todos os aspectos culturais, criando espaço de poder nas relações entre os sujeitos ouvintes e surdos de forma significativa e igualitária. (Lima & Peixoto, 2018, p. 118).

Conhecer a realidade escolar de alunos surdos inclusos em turmas regulares, requer uma reflexão acerca do sucesso ou insucesso desses estudantes dentro do contexto educacional; uma vez que não são poucas as barreiras enfrentadas por eles diante do desconhecimento da língua de sinais, língua pela qual se comunicam e trocam experiências. De acordo com Perlin e Miranda (2003) os surdos utilizam a visão para se comunicarem e [...] percebem o mundo através dos olhos, porém, a participação efetiva deles na sociedade é anulada ou significativamente reduzida pela escassez de recursos visuais [...]. A escolha da Educação Inclusiva/Libras como área de concentração e a delimitação do tema “Pedagogia Visual como um recurso importante para a aprendizagem do sujeito surdo”, justifica-se pela necessidade da utilização de recursos visuais para que os alunos surdos possam participar efetivamente da vida social, sem restrições comunicacionais e construam conhecimento livremente; tendo como objetivo a valorização da Libras como L1 em todo o processo educacional, permeando o planejamento e as ações docentes.

A inclusão de alunos surdos no ambiente escolar ainda é um desafio, visto que muitos professores e a maioria dos estudantes ouvintes não conseguem utilizar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como não conhecem os processos que facilitam a aquisição da aprendizagem das pessoas com surdez. Essa problemática torna-se uma barreira vivenciada diariamente nas escolas e precisa ser discutida de forma responsável para que a inclusão aconteça de maneira satisfatória. Inúmeros estudos vêm se desenvolvendo nessa área e observa-se a importância da Pedagogia Visual que favorece significativamente o aprendizado do público surdo, pois sabe-se que ele é um sujeito visual em todas as suas experiências. Assim, Skliar (2001, p.176) considera que:

[...] a experiência visual dos surdos envolve, para além das questões linguísticas, todo tipo de significações comunitárias e culturais, exemplificando: os surdos utilizam apelidos ou nomes visuais; metáforas visuais; imagens visuais, humor visual; definição das marcas do tempo a partir de figuras visuais, entre tantas outras formas de significações. (Skliar, 2001, p.176).

Entende-se, a partir de suas colocações, que é fundamental explorar esses recursos para fortalecer ainda mais o respeito à língua de sinais buscando formas diversificadas de apresentar os conteúdos. Uma vez que, a pedagogia visual faz uso tanto de elementos culturais surdos quanto da língua de sinais; como os elencados por Campello (2008, p.129):

[...] contação de história ou estória, jogos educativos, envolvimento da cultura artística, cultura visual, desenvolvimento da criatividade plástica, visual e infantil das artes visuais, utilização da SignWriting (escrita de sinais) na informática, recursos visuais, sua pedagogia crítica e suas



ferramentas e práticas, concepção do mundo através da subjetividade e objetividade com as “experiências visuais” (Campello, 2008, p. 129).

Algo que destacado por Strobel (2008) é a fluência na Libras, considerada por ela como “resultado de uma soma de vocabulário mais a expressão facial e corporal do emissor da mensagem” e tem grande importância durante a comunicação com os surdos porque como eles não percebem mudanças no tom de voz das pessoas, a expressão da face e do corpo pode reforçar com clareza o que se quer transmitir a eles. Destaca que:

[...] para constituir tipos de frases na oralidade, percebe-se quando a frase está na forma afirmativa, exclamativa, interrogativa, negativa ou imperativa através da entonação da voz; no caso da língua de sinais, precisamos estar atentos a expressões faciais e corporais que são feitas simultaneamente com certos sinais ou com toda a frase. (Strobel, 2008, p. 43).

Nesse sentido, não basta ter amplo vocabulário na Libras, mas saber se expressar corretamente. Ao abordar sobre o currículo na educação de surdos, Damásio (2007, p. 21), afirma que as práticas pedagógicas são o maior obstáculo na educação dos surdos. Trazendo a necessidade de repensar essas práticas para que não haja confusão no entendimento de que a surdez, por si só, não provoca dificuldades para o domínio da leitura e da escrita; mas da metodologia adotada para ensiná-los. Portanto, utilizar a pedagogia visual na metodologia docente, possibilitará caminhos inclusivos, onde o surdo será beneficiado em seu desenvolvimento.

2 MÉTODO

Para a realização deste trabalho adotou-se como metodologia uma abordagem qualitativa e justifica-se pelo entendimento de Guerra (2014, p. 15) quando esclarece que essa abordagem visa aprofundar-se na compreensão de fenômenos (ações de indivíduos, grupos em seu contexto social), fazendo uma interpretação a partir dos próprios sujeitos da pesquisa, sem a preocupação com quantidade e estatísticas.

Através de pesquisas bibliográficas pode-se contemplar as principais estratégias dentro da Pedagogia Visual para alcançar o aluno surdo e proporcionar o desenvolvimento integral desse aluno que faz uso da língua visual-motora, sendo esta a Língua Brasileira de Sinais (Libras). As pesquisas foram realizadas nas plataformas Google Acadêmico e Scielo, por serem seguras e disponibilizarem muitos trabalhos na área pretendida; onde pode-se destacar as seguintes: Aspectos da visualização na educação dos surdos de Campello (2008); Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? De Mantoan (2003); Surdos: o Narrar e a Política de Perlin e Miranda (2003); Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos de Skliar (2001); As imagens do outro sobre a cultura surda de Strobel (2008), dentre outros autores e legislações vigentes que primam por uma educação de qualidade para todos.



3 RESULTADOS

Mais do que dispor de uma abordagem que contemple hoje as necessidades educacionais específicas dos alunos surdos, faz-se necessário compreender alguns processos pelos quais viveu a comunidade surda dentro das diferentes pedagogias estudadas e valorizadas de acordo com sua época e contexto histórico. Quando não valorizada, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), era vista assim como as demais línguas de sinais como sendo artificial, sem gramática, mímicas, uma língua exclusivamente icônica, incapaz de expressar conceitos abstratos, considerada um código secreto dos surdos, acreditava-se que ela era uma simples versão sinalizada da língua oral. Conceitos e ideias que foram sendo desmistificados ao longo da história marcada por muitos estereótipos, por opiniões alheias à realidade surda, sua cultura e identidade diante da imposição de uma cultura dominante, majoritariamente ouvinte, e através de representações sociais que, na maioria das vezes, enxerga o surdo como deficiente. Diante de tais assertivas, Strobel (2008) afirma que:

O que o povo surdo almeja realmente é a pedagogia surda. Para a comunidade ouvinte que está em maior sintonia com o povo surdo – os parentes, amigos, intérpretes, professores de surdos –, reconhecer a existência da cultura surda não é fácil, porque no seu pensamento habitual acolhem o conceito unitário da cultura e, ao aceitarem a cultura surda, eles têm de mudar as suas visões usuais para reconhecerem a existência de várias culturas, de compreenderem os diferentes espaços culturais obtidos pelos povos diferentes. Mas não se trata somente de reconhecerem a diferença cultural do povo surdo, e sim, além de disso, de perceberem a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades, suas histórias, suas subjetividades, suas línguas, valorização de suas formas de viver e de se relacionar. (Strobel, 2008).

Entende-se com isso que os discursos que envolvem a surdez podem favorecer ou prejudicar esse grupo minoritário e desencadear consequências desastrosas para vida acadêmica, social e emocional da pessoa surda. Assim, a presente pesquisa vem destacar a importância da pedagogia visual para os surdos em contextos de aprendizagem diversos e sistematizados.

Matos (1984) apud Gesser (2009) aponta direitos linguísticos dos surdos que não devem ser esquecidos e negligenciados pela sociedade, pois precisam ser respeitados por todos. A saber, o autor elenca dezessete direitos:

Direito à igualdade linguística; direito à aquisição da linguagem; direito de aprendizagem da língua materna; direito ao uso da língua materna; direito a fazer opções linguísticas; direito à preservação e à defesa da língua materna; direito ao enriquecimento e à valorização da língua materna; direito à aquisição/aprendizagem de uma segunda língua; direito à compreensão e à produção plenas; direito de receber tratamento especializado para distúrbios da comunicação; direito linguístico da criança surda; direito linguístico dos pais de crianças surdas; direito linguístico do surdo aprendiz da língua oral; direito do professor surdos e de surdos; direito linguístico do surdo como indivíduo bilíngue; direito linguístico do surdo como conferencista e direito linguístico do surdo de se comunicar com outros surdos. (Matos, 1984 apud Gesser, 2009, pp. 83-84)



Por isso, é primordial acatar esses direitos no processo de ensino-aprendizagem e não considerar a pedagogia visual apenas como mais uma estratégia ou metodologia, mas considerá-la a base de todo o processo educacional do aluno surdo. Campello (2008) considera a Pedagogia Visual como “um novo campo de estudo, que desafia a educação formal a ressignificar seus conceitos. Trata-se de uma área que irá envolver os aspectos visuais, como imagens, semiótica imagética, o uso da Libras em sua aquisição e assimilação por meio de imagens e sinais”.

Como considera Kelman et al (2011), o aprendizado das crianças surdas é eficaz quando os recursos visuais são inseridos nas estratégias pedagógicas. As experiências da visualidade produzem subjetividades pela presença da imagem e pelos discursos viso-espaciais. Portanto, essas estratégias precisam fazer parte do dia a dia da sala de aula diante da diversidade e da diferença linguística apresentada, considerando ainda que, irá potencializar a capacidade de comunicação, agilidade e qualidade no ensino. Alinhar essa proposta com o aprendizado da Libras torna-se importante, pois aumentam as chances de construção de sentidos e significados.

As diversas metodologias constituem-se, portanto, na consideração do Decreto nº 5.626/2005 em seu artigo 14 no que diz respeito à prática docente diante de alunos surdos que deve seguir as seguintes orientações:

VI - Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa; VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos; VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Através desta pesquisa pode-se concluir que a Pedagogia Visual é capaz de motivar e provocar interação dos surdos e que a mediação do professor é fundamental para que isto aconteça. É possível entender que as especificidades podem ser trabalhadas de forma lúdica, intencional e planejada, valorizando ainda mais a educação dos surdos.

4 CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, pode-se concluir que a educação do surdo precisa favorecer as condições linguísticas específicas apresentadas por cada estudante com surdez, e respeitando sua opinião e posicionamento de acordo com sua identidade e escolhas pessoais e familiares. O estágio serviu de grande aprendizagem e novas formulações de ideias, conceitos, valorização da cultura surda e aprimoramento da prática docente de forma mais coerente.



Ter coerência pedagógica é de fundamental importância para que os objetivos sejam de fato alcançados e a aprendizagem seja significativa, trazendo o aluno a participar de todas as etapas do processo educacional em sala de aula. Saber escolher os recursos adequados, elaborar atividades adaptadas, rever as práticas pedagógicas, corrigir os erros que surgem durante a caminhada docente, ser flexível quanto a forma de avaliar, saber realizar um trabalho colaborativo com todos os profissionais que fazem parte do trabalho inclusivo é essencial para que se possa ter sucesso na educação de surdos. Buscar informações e estar sempre em formação são caminhos necessários para o preparo e amadurecimento profissional, buscando estratégias para os problemas que emergem das dificuldades diárias que toda escola vivencia.

Portanto, a barreira comunicacional, que foi o maior problema detectado durante o estágio, precisa ser combatida com muito entendimento e conhecimento. Ter acesso à cultura surda por um professor surdo só enriquece ainda mais a vida dos alunos, trazendo confiança, autoestima e facilitando no processo de identidade; pois ele se torna uma referência para a criança e adolescente surdo. Mas na falta deste profissional, o ouvinte pode realizar o seu trabalho de forma criteriosa e responsável, diagnosticando as reais necessidades do alunado e estabelecer mecanismos de intervenções favoráveis ao desenvolvimento pleno dos estudantes.



REFERÊNCIAS

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. BRASIL. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2005b. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm
- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm
- Campelo, A. R. (2008). Aspectos da visualidade na educação dos surdos. (245f). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de <https://bit.ly/3guFNi5>
- Damásio, M.F.M. (2007). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. Brasília: MEC/SEESP.
- Gerra, E. L. A. (2014). Manual de pesquisa qualitativa. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação.
- Gesser, A. (2009). LIBRAS?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editoria.
- Kelman, C. A.; Silva, N.H.S.; Amorim, A.C.F.; Monteiro, R. M. G.; Azevedo, D. C. Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. *Linhas Críticas*, 17(33), 349–366. <https://doi.org/10.26512/lc.v17i33.3737>. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3737/3413>
- Lima, M. R. V.; Peixoto, J. A. (org.). (2018). Artefatos culturais do povo surdo: discussões e reflexões. João Pessoa: Sal da Terra.
- Mantoan, M. T. E. (2003). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? (1ª ed). São Paulo: Moderna, Coleção cotidiano escolar.
- Perlin, G. T; Miranda, W. (2003) Surdos: o Narrar e a Política. In: Estudos Surdos – Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos n. 5. UFSC/NUP/CED, Florianópolis.
- Quadros, R. M. (2003). A Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre, Artemed.
- Skliar, C.(2001). Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In: Silva, S.; Vizim, M. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. (pp. 85-110) Campinas: Mercado de Letras/ALB.
- Skliar, C.B. (1997) Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C.B. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 88.
- Souza, M. M. P.; Lustosa, F. G. (2019). Por uma pedagogia visual: caminhos e concepções que marca(ram) a educação de surdos no Brasil. (pp. 27-46). Afluente, UFMA/Campus III, Dossiê Especial, Recuperado de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54596/3/2019_art_mmpsouza_fglustosa.pdf
- Strobel, K. (2008) As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. da UFSC.



Strobel, K. (2008). Entrevista concedida ao blog Vendo Vozes. Recuperado de <http://blogvendovozes.blogspot.com/search/label/Karin%20Strobel>